

PATRIMÓNIO E IDENTIDADE. OS DESAFIOS DO TURISMO CULTURAL

ELSA PERALTA DA SILVA

I.S.C.S.P.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

SUMÁRIO

Pretende este estudo fornecer elementos pertinentes para uma justa abordagem dos sentidos que estão adestrados ao significado do termo «património». Ao ultrapassar o sentido tradicional e reducionista que prevalece nos discursos presentes em muitos estudos e trabalhos, abre-se espaço para um olhar diferente sobre aquilo que os povos determinam como seu património.

ABSTRACT

This study will provide some relevant elements for the right understanding of the meanings attached to the term 'heritage'. Leaving behind the traditional and incomplete meaning that prevails in the discourse of many contemporary researches, a new insight is offered as to how different peoples define their heritage.

Segundo a sua aceção clássica, o conceito de património refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não podemos entender o património apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico. Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo Homem têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas destas manifestações destróiem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E através da própria dinâmica da existência, estes objectos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objectos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. E assim a cultura flui.

No entanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados património. O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é colectivamente herdado. Como afirma Ballart, a noção de património surge “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objectos” (Ballart, 1997: 17).

Esta noção de património, com a ideia de posse que lhe é implícita, sugere-nos imediatamente que estamos na presença de algo de valor. Valor que os seres humanos, tanto individual como socialmente, atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referências de então. Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época.

Neste sentido o património é, e a este respeito existe hoje um consenso generalizado, “uma construção social”, da forma como o define Llorenç Prats (1997: 19). Construção social, ou se se quiser cultural, porque é uma idealização construída. Aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de

um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objectos que conferem a um grupo um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufacturada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais.

Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado. É através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos colectivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais. O passado, dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. A nossa memória colectiva modelada pelo passar do tempo não é mais de que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento colectivo de identidade e que alimentam no ser humano a reconfortante sensação de permanência no tempo. Os objectos do passado proporcionam estabilidade pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado.

Hoje, porém, a forma como a sociedade actual se relaciona com o passado é profundamente influenciada pelo extremo dinamismo que a caracteriza e pela tremenda aceleração da velocidade da mudança social no período moderno. Por esta razão, os modelos de identificação outrora estabelecidos com o passado, sob a forma de tradição, perdem continuidade. O passado é uma realidade tão distante da experiência individual da actualidade, é um terreno tão estranho e inóspito que, nas palavras de Lowenthal (1985), é como um *país estrangeiro*¹.

Mas, por outro lado, a história e os seus objectos ganham um valor e um interesse sem precedentes. Face ao fantasma da ruptura e da desordem provocado pela ausência de valores simbólicos e de identificação, a

sociedade reclama, numa explosão de nostalgia, a recuperação do passado. E no contexto desta corrente social nostálgica, o património surge como uma forma de recuperação especialmente eficaz. Através do património o indivíduo sequestra um pedaço de passado, sob a forma de tótems pessoais, em relação aos quais percebe uma vinculação directa. Como um artifício idealizado com finalidades de identificação no espaço e no tempo, como elemento de referência, o património representa, para a sociedade actual, uma verdadeira necessidade. De tal forma que o “património” se converteu, nos últimos anos, num verdadeiro culto popular e também, numa etiqueta extraordinariamente extensiva a uma enorme quantidade de elementos e objectos, do individual ao colectivo, do material ao intangível, de um passado mais remoto a um passado mais recente.

Por outro lado, e apesar da manifesta homogeneização de diversos aspectos do quotidiano, verifica-se hoje uma reafirmação das identidades colectivas face às tendências da uniformização individual. Por todo o lado observam-se “movimentos de revitalização e reinterpretação da especificidade cultural” (Moreira, 1996: 23) que parecem constituir reacções locais aos efeitos da globalização. Estas preocupações traduzem-se num aumento da importância atribuída à preservação do património, como elemento de afirmação das singularidades locais.

Este sentimento colectivo de nostalgia fez aparecer um mercado patrimonial e à lógica da singularidade do objecto acrescenta-se a lógica da sua valorização comercial. O património tornou-se uma componente essencial da indústria turística com implicações económicas e sociais evidentes. A exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como factor de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa também benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do património, que muitas vezes não podem ser assegurados pelos poderes locais. Por outro lado, com frequência se reclama a utilização do património para fins turísticos para se fazer face a um turismo massificado que ameaça as identidades locais.

No entanto, esta tendência de valorização comercial do património tem por vezes dado lugar a versões extremas de utilização turística dos recursos patrimoniais. Não raras vezes, são recriados pseudo-eventos históricos

¹ No título original, *The Past is a Foreign Country*. A frase é originalmente de H. E. Bates.

comparáveis a modelos de entretenimento *kitsch* do tipo *Disneylândia*. Não só os vestígios materiais das culturas passadas como também culturas inteiras são convertidas em espectáculos virtuais que vendem a ilusão do passado através de “modelos de um real sem origem nem realidade” (Baudrillard, 1991: 8). São os novos locais de culto, que se alimentam de mitos de bem-estar material, de ócio e de consumismo, fabricados por uma civilização hiper-real que constrói cenários ilusórios porque tem necessidade do imaginário histórico.

Mas a identidade representada por estes sítios patrimoniais é ainda menos identitária que a suposta identidade urbana que a fabricou. O património é antes de mais o património dos povos e das gentes que lhe adstringem valor. Estes locais são vazios, descontextualizados, são representações plásticas de um passado irreal, sem sons nem cheiros, sem vivência alguma. Não podemos considerar o património como um recurso turístico *sui generis*. A cultura, o passado e o património não se vendem nem se compram e se se venderem ou comprarem, todo o sentido último subjacente à expressão cultural dos povos será expropriado. E ao invés de se configurarem como instrumentos de conservação ambiental e de criação de benefícios sócio-económicos para as comunidades receptoras, estes estabelecimentos, acabam em geral, por aumentar o processo de degradação ambiental, gerando desequilíbrios sócio-económicos e desvalorização cultural.

Não podemos negar que o relacionamento entre património e turismo se instalou de forma definitiva. Há porém que estabelecer regras de convivência entre ambos numa perspectiva de rentabilização económica e de desenvolvimento social. O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem.

Para tal, toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida a nível local, com a participação activa de todos os agentes culturais. Porque a descentralização constitui o fundamento promotor de um modelo global de desenvolvimento sustentável. A acção cultural não pode continuar a conceber-se como um fenómeno isolado dos cidadãos e do próprio cenário no seio do qual se desenvolve. Boa parte das tarefas e das actividades de gestão patrimonial realiza-se ao nível das organizações de base, em parco contacto com os agentes de execução. Em projectos de índole patrimonial, as

decisões devem tomar-se, não somente pelo poder de decisão centralizado, como também o mais proximamente do local onde se desenvolve a acção, ou seja, no nível onde se opera e realizam as acções. Para se conseguir um bom funcionamento administrativo e operativo, há assim que existir, delegação de autoridade e descentralização de iniciativas, de modo a que todos os agentes envolvidos no processo, participem e se responsabilizem pela sua execução, sentindo que o resultado final é produto do esforço e do empenhamento de todos e de cada um. Apenas através da articulação de esforços e de competências entre todos os níveis do poder e com a necessária participação das várias entidades com atribuições nos domínios do património e do turismo, como sejam as associações de património, a Igreja, as universidades, as empresas, entre outras, se poderá aspirar a uma melhor gestão do nosso riquíssimo património cultural. Uma gestão que realiza o uso eficaz e eficiente dos meios que tem ao seu alcance, favorecendo a investigação, a conservação, a criação, a produção, a difusão e o impacto social do património, de forma a que este possa ser legado a gerações futuras, consagrando-se assim o direito que cada comunidade tem à sua própria identidade. Como nos diz Rosa Garrigós, gerir o Património Cultural, será “(...) administrá-lo de tal modo que, não só não se deteriore e pereça, mas que também se reabilite, se enriqueça, seja conhecido e disfrutado por todos e se converta num elemento de desenvolvimento económico e social” (Garrigós, 1998: 171).

Daqui advém a necessidade da formação adequada de técnicos nas áreas da gestão do património. A sociedade evoluiu no sentido de uma crescente comercialização do património. Este processo é simplesmente inevitável. Pelo que é melhor que sejam as pessoas com formação adequada a geri-lo do que colocá-lo nas mãos de outras movidas apenas pelo ânimo do lucro fácil que acabarão por defraudar o sentido original dos bens patrimoniais. Cabe ao gestor do património ora definir as regras e os procedimentos necessários à boa execução das acções empreendidas, assegurando uma eficiente afectação de recursos, ora garantir que as iniciativas patrimoniais contemplem a própria diversidade característica do nosso património cultural, funcionando como factor estabilidade, de desenvolvimento e de integração social. A formação nesta área deve caracterizar-se por uma índole interdisciplinar, abarcando domínios como a economia, a gestão, as ciências da educação ou as várias ciências sociais e humanas.

Foi como resultado destas observações, e com o objectivo da promoção do diálogo e da congregação de esforços com o Poder Local, que surgiu a

ideia da criação de um projecto de dinamização e valorização cultural do Itinerário-exposição “Terras da Moura Encantada”, um circuito turístico-cultural, concebido e executado pelo Programa de Incremento do Turismo Cultural, sobre o tema da arte islâmica em Portugal.

O Programa de Incremento do Turismo Cultural, ao propor acções de promoção e de divulgação do nosso património cultural procura, simultaneamente, contribuir para o fortalecimento das identidades culturais e para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais. Esta estratégia comporta necessariamente uma congregação e articulação de esforços com o Poder Local, de modo a desenvolver um conjunto de acções que se querem participadas pelos seus reais interlocutores. No sentido de efectivar esta participação, foi desenvolvido um projecto com o objectivo da dinamização cultural e turística do Itinerário-exposição “Terras da Moura Encantada”, mediante a coordenação, organização e difusão de um conjunto de eventos promocionais, de carácter lúdico e cultural, relacionados com o tema da arte islâmica, a serem propostos e executados pelo conjunto das quarenta autarquias locais abrangidas geograficamente pelo Itinerário-exposição.

Destas acções de coordenação, organização e difusão, resultou uma agenda de eventos culturais, concebida para assinalar a inauguração do Itinerário-exposição “Terras da Moura Encantada”, que decorreu a 29 de Maio de 1999. Com a organização desta agenda, trinta e uma das quarenta autarquias abrangidas geograficamente pelo Itinerário-exposição organizaram o seu próprio evento cultural para assinalar esta data inaugural no respectivo território, propondo um leque muito variado de eventos, conforme as suas possibilidades logísticas e financeiras. Visitas guiadas, exposições temáticas, concertos musicais, mostras de artesanato e gastronomia, são apenas alguns exemplos da panóplia de iniciativas turístico-culturais organizadas pelos vários Municípios, todas elas convenientemente divulgadas através de material promocional especialmente produzido para o efeito e/ou através do estabelecimento de contactos com os órgãos de comunicação social, quer a nível nacional, quer a nível local.

Inaugurado o Itinerário-exposição “Terras da Moura Encantada”, consideramos que este intento de promoção local do nosso património de valor cultural e turístico não deve esmorecer. Contando com a participação activa e com a criatividade dos Municípios envolvidas no projecto, pretendemos continuar a divulgar as várias iniciativas, de carácter turístico-cultural desenvolvidas por estes Municípios, de forma a contribuir para a sua visibilidade nacional.

Para isso continuamos a apelar às Autarquias para que continuem a enviar-nos notícias das várias iniciativas de turismo cultural a desenvolver nos respectivos municípios, para que o Programa possa realizar a sua divulgação.

Através desta acção pretendemos, não apenas contribuir para a promoção interna e externa do Itinerário-exposição, como também contribuir para a promoção dos valores locais do riquíssimo património cultural. Através da concretização de uma estratégia de articulação e de congregação de esforços com o Poder Local, pretendemos que todas as acções sejam desenvolvidas de forma segura e participada pelos seus principais interlocutores, de forma a que sejam eles a decidir o destino da vida cultural nos respectivos territórios. Sem esta correspondência não teria sido possível sequer começar, já que o nosso objectivo nunca foi o de propor algo que os municípios deveriam executar, mas antes apelar à sua vocação de agentes culturais, abrindo-se assim um espaço para a expressão das dinâmicas locais. Pretendemos assim comprovar a verdadeira vocação cultural dos municípios, ao potenciarem a cultura viva, ao estimularem e dinamizarem a vida cultural, ao protegerem e divulgarem o seu património cultural, para que o resultado final seja o desenvolvimento da actividade cultural e turística do nosso país.

BIBLIOGRAFIA

- BALLART, Josep
1997 *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*, Barcelona, Ariel Patrimonio Histórico.
- BAUDRILLARD, J.
1991 *Simulacros e Simulação*, Santa Maria da Feira, Relógio d'Água.
- GARRIGÓS, Rosa Campillo
1998 *La Gestión y el Gestor del Patrimonio Cultural*, Murcia, Editorial KR.
- LOWENTHAL, David
1985 *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MOREIRA, Carlos Diogo
1996 *Identidade e Diferença. Os Desafios do Pluralismo Cultural*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas.
- PRATS, Llorenç
1997 *Antropologia e Patrimonio*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A.